

A comunidade negra na fronteira entre Brasil e Uruguai: uma análise sobre o Pós-Abolição por meio dos Clubes Negros de Jaguarão e Melo em meados do século XX

The black community on the Brazil-Uruguay border: an analysis of the post-abolition
period through the Jaguarão and Melo Black Clubs in the mid-twentieth century

Caiuá Cardoso Al-Alam¹

caiuualam@unipampa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4084-1686>

Fernanda Oliveira²

feolisilva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8198-3552>

Resumo: Estudos recentes têm ampliado as abordagens da experiência histórica da comunidade negra na fronteira entre Brasil e Uruguai, contribuindo para as análises do campo de estudos do Pós-Abolição. Neste texto, buscaremos analisar as experiências de clubes sociais negros das cidades fronteiriças de Melo (Uruguai) e Jaguarão (Brasil) durante a primeira metade do século XX. Os clubes sociais negros da cidade de Jaguarão, Clube 24 de Agosto (1918) e Clube Recreativo Gaúcho (1932), e da cidade de Melo, Centro Uruguay (1923), foram fundamentais na luta por cidadania, apresentando elementos importantes para a compreensão do processo de racialização em uma região de fronteiras nacionais. Temas como educação e letramento, redes políticas e representações de gênero serão abordados pelo artigo. Entre as fontes selecionadas estão aquelas produzidas pelos próprios grupos, com ênfase na imprensa negra e em atas de diretorias, além de diálogo com historiografia sobre Pós-Abolição nas Américas.

Palavras-chave: associativismo negro, pós-abolição, fronteira Brasil-Uruguai.

Abstract: Recent studies have expanded the approaches to the black community's historical experiences on the Brazil-Uruguay border, contributing to the analyses in the post-abolition field studies. In this article, our aim is to analyze the experiences of black social clubs in the cities of Melo (Uruguay) and Jaguarão (Brazil) during the first half of the 20th century. The black social clubs in Jaguarão, Clube 24 de Agosto (1918) and Clube Recreativo Gaúcho (1932), and in Melo, Centro Uruguay (1923), were fundamental in the struggle for citizenship, presenting important elements to understand the process of racialization in a region of national borders. Topics such as education and literacy, political networks and gender representations will be explored in the article. The selected sources include those produced by the groups themselves, with emphasis on the black press and minutes of board meetings, as well as on the dialogue with historiography on post-abolition in the Americas.

Keywords: formation of black associations, post-abolition; Brazil-Uruguay border.

¹ Universidade Federal do Pampa. Campus Jaguarão. Rua Conselheiro Diana, S/N. Bairro Kennedy. 96300-000. Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Campus do Vale. Av. Bento Gonçalves, 9500 - Prédio 4331 I. Porto Alegre - RS - 91509-900 - Brasil

A fronteira entre Brasil e Uruguai foi marcada por uma densa experiência histórica de práticas associativas protagonizadas pela comunidade negra. Na primeira metade do século XX, Jaguarão e Melo, cidades fronteiriças, foram importantes como espaço de construção de coletivos políticos sociais negros, e também vetores de mediação/diálogo entre comunidades negras de outras diferentes localidades dos países vizinhos. Esta política foi fundamental na luta por projetos de cidadania. Buscando contribuir com o campo de estudos do Pós-Abolição, que deslocou o foco dos estudos na experiência escravista, para, dentre outros, observar os significados da liberdade para antigos escravizados e seus descendentes (Mattos; Rios, 2004), realizamos este exercício coletivo de reflexão dando sequência a estudos anteriores (Al-Alam, 2019; Silva, 2017). Aqui o foco recai especialmente em Jaguarão, e aproveitamos o artigo para reduzir a lente de análise colocando lado a lado as experiências de Melo e de Jaguarão. Se, em trabalhos anteriores, focalizamos o emaranhado dessa relação, aqui a observamos em momentos distintos, o que nos auxiliará na ênfase aos meandros e às formas de fazer política em um e em outro lado da fronteira. Tal olhar permite ainda que façamos uma imersão na experiência negra de Melo, mas que possamos olhar com mais afinco para duas experiências negras da cidade de Jaguarão e suas conexões. Neste texto, analisamos as experiências de clubes sociais negros da cidade de Jaguarão, Clube 24 de Agosto (1918) e Clube Recreativo Gaúcho (1932), e da cidade de Melo, Centro Uruguay (1923). Estas instituições compõem o chamado associativismo negro, tornando-se exemplos concretos da luta contra o racismo nos dois países e da valorização da identidade negra pelos próprios coletivos negros³.

Tanto no Brasil como no Uruguai, demorou-se a reconhecer a ocupação africana do território. Historiografias laureadas que apenas enfatizavam o protagonismo de lusos e espanhóis foram tensionadas e hoje há um compromisso com outra narrativa: de evidenciar os protagonismos dos povos originários e do povo negro no lugar.

Nos séculos XVIII e XIX, assentou-se a ocupação territorial da faixa entre a fronteira sul do Brasil/Uruguai baseada fundamentalmente no uso do trabalho compulsório⁴. A escravidão africana foi fundamental para a ocupação da fronteira e importante elemento para as disputas dos territórios. No trabalho da criação e preia do

gado, nas charqueadas, no comércio e inclusive na prática do contrabando, africanos/as e seus/suas descendentes protagonizaram uma experiência social intensa na região.

A cidade de Jaguarão, ocupada a partir do início do século XIX como acampamento militar, durante boa parte dos oitocentos contou proporcionalmente com uma das maiores, quando não a maior, população de escravizados e escravizadas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul⁵. Isso denota uma aguda experiência africana no local, que estava conectada com a experiência do Atlântico, caracterizando sem dúvida alguma a cidade de Jaguarão como uma cidade negra⁶. Melo, por sua vez, foi fundada nos anos finais do século XVIII, 1795, e sua história está vinculada à fronteira com o Brasil, inclusive no que tange à escravidão, ora devido à inserção de escravizados advindos do Brasil, ora em decorrência do furto dos mesmos e seu traslado para o Brasil, então colônia e império. Não obstante, o século XIX fez com que a cidade presenciasse a existência de contratados negros, os quais eram escravizados no Brasil, e lá estavam sob essa condição apenas em termos legais, tendo em vista a massiva presença de terratenentes brasileiros (Borucki *et al.*, 2009; Grinberg, 2013).

No manejo da fronteira⁷, o povo negro experienciou histórias de êxito e tragédia. Com as instabilidades das ocupações militares na região e os conflitos, no princípio entre os impérios português e espanhol, depois Brasil e Uruguai, em alguns momentos tornava-se estrategicamente positivo lidar com a região de fronteira e em outras situações não. Positivo, por exemplo, quando das tentativas de fuga, algumas delas com sucesso, de escravizados/as do lado do Brasil para o Uruguai, o que acabou formando uma rede de famílias e laços importantes entre territórios. Mas com o território uruguaio ocupado patrimonialmente por muitos brasileiros/rio-grandenses⁸, estes senhores perseguiram seus interesses e buscavam resgatar pessoas fugidas do cativeiro. Isso teve efeito principalmente quando do Tratado de Devolução de Escravos em 1851, que foi uma consequência da Guerra Grande (1839-1851) no Uruguai. Fora estas ameaças às experiências de emancipação e liberdade, ainda muitos casos de reescravização de homens e mulheres negros e negras que viviam no Uruguai na década de 1850 ocorreram. Estes casos levaram a intensas batalhas diplomáticas entre os dois países⁹, evidências de que a fronteira entre Brasil/Uruguai, com a conexão

³ O trabalho de doutorado de Fernanda Oliveira Silva (2017) é exemplar neste sentido.

⁴ Para Aladrén (2012), a escravidão foi elemento fundamental para a ocupação e consolidação da fronteira sul entre Brasil e Uruguai.

⁵ Para uma síntese, ver: Al-Alam; Lima 2018a.

⁶ Sobre a caracterização das cidades negras, consultar: Farias *et al.*, 2016.

⁷ É fundamental entender as possibilidades sugeridas pela realidade experienciada no viver em fronteira e a forma como os indivíduos, a partir de seu lugar social, manejavam suas práticas e seus interesses em diversas e complexas situações (Flores; Farinatti, 2009).

⁸ Por exemplo, cerca de 30% das terras do norte do Uruguai em 1857 eram ocupadas por brasileiros (Flores; Farinatti, 2009, p. 161).

⁹ Sobre esta conjuntura e estes casos, ver: Caratti, 2013; Lima, 2010.

Jaguarão/Melo, foi marcada pelas experiências diaspóricas africanas e as intensas disputas em torno da resistência e de afirmação do sistema escravista. É uma região densa de protagonismo e presença do povo negro. Por isso, torna-se fundamental escrevermos outra história, que evidencie a complexidade das ações desta população, experiências individuais e coletivas que constituem patrimônio histórico dos dois países.

Jaguarão, uma cidade negra: a política dos clubes 24 de Agosto e Gaúcho

A cidade de Jaguarão passou por intensas transformações entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Chama atenção a multiplicação de atividades no setor de serviços e comércio, atestada nos jornais da cidade. Com a condução política local favorecida pela hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense, a produção pastoril e o setor de comércios prosperaram. Em 1912, a burocracia municipal enfatizava a base da economia gerada pela criação de gado *vacum* e ovelhas. E também chamava atenção para o setor de comércios. A cidade contava, em 1898, com cerca de 11.171 pessoas, passando a 13.500 pessoas em 1912¹⁰. Na década de 1910, possuía certas vantagens como ruas com calçamento, usina elétrica, a presença de diferentes instituições vinculadas ao aparelho estatal como as militares e alfandegárias. Em 1940, Jaguarão já contava com 15.704 pessoas, mais da metade em zona urbana¹¹. Nesta época, evidencia-se a ocupação da classe trabalhadora no município, com destaque ao setor pastoril, da pecuária e agricultura, seguido pelas atividades domésticas, o trabalho na Defesa Nacional/Segurança Pública (Exército, por exemplo), nas chamadas indústrias de transformação (charqueadas, por exemplo) e no comércio de mercadorias. Todos estes espaços do mundo do trabalho foram de intensa atuação da classe trabalhadora negra.

Durante a Primeira República, a cidade teve maior atenção no campo da política estadual devido ao vínculo político fortalecido junto ao campo majoritário do Partido Republicano Rio-grandense, representado na figura de Carlos Barbosa. Ele foi o único Presidente do Estado (1908-1913) que assumiu o posto para além das figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros durante a hegemonia do Partido na Primeira República. Mesmo com divergências internas que traziam

intensas disputas na liderança do Partido Republicano Rio-grandense local, a figura de Carlos Barbosa foi hegemônica (Cunha, 2018).

Na década de 1930, a cidade orgulhava-se de um conjunto de transformações importantes como os investimentos no saneamento, na ferrovia e a construção da Ponte Mauá, que interligou ainda mais as relações com o país vizinho Uruguai. Além disto, atentos aos jornais, podemos encontrar diversos tipos de instituições de sociabilidade, étnicas, classistas, que se desenvolviam no município. Esta conjuntura foi experienciada de forma contundente pelas famílias negras do lugar, as quais ocupavam os mais diversos setores do mundo do trabalho e construíram diversos tipos de práticas de sociabilidade, como, por exemplo, os clubes sociais, times de futebol, cordões carnavalescos, instituições classistas, dentre outras. Estas instituições negras tiveram também íntima relação com as do mesmo tipo no Uruguai e na região. Dos clubes sociais falaremos neste texto, fundamentalmente sobre a forma como exercitavam a política tanto entre os seus como também em articulação com as elites brancas da cidade.

O traço da política é fundamental para entendermos estas associações. Era um exercício cotidiano de coletivos sociais negros que, por meio do associativismo, pautavam questões que estavam radicalmente entrelaçadas com os entendimentos do que era cidadania por e para suas comunidades. Estas experiências sociais estavam conectadas com o que negros e negras agenciaram como práticas políticas e culturais na luta por liberdade e acesso a melhores condições de vida para suas famílias durante a escravidão e no Pós-Abolição. Entender os significados atribuídos pelo próprio povo negro a esta experiência histórica, e a forma como atuavam politicamente neste sentido, torna-se de extrema relevância (Mattos e Rios, 2004). É com esta compreensão que Fernanda Oliveira sintetiza o entendimento da definição dos clubes sociais negros como categorias históricas referenciais para o povo negro (Silva, 2017, p. 148). Os clubes negros extrapolavam a perspectiva da sociabilidade, sendo vetores de uma política contundente (Silva, 2017), e a construção destas experiências sociais não eram respostas maniqueístas às demandas da exclusão realizada pela sociedade branca, mas uma forma de organização protagonizada pela comunidade negra.

Em Jaguarão temos documentada a trajetória de três clubes sociais negros: o Clube 24 de Agosto, criado em 1918; o Clube Recreativo Gaúcho, inaugurado em 1932;

¹⁰ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Apontamentos para uma Monographia de Jaguarão. 2ª Exposição Agropecuária. Porto Alegre. Intendência Municipal de Jaguarão, p. 167-168.

¹¹ Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 -1950. Porto Alegre, 1981, p. 147. 158-159.

e o Clube Suburbanos, que existiu a partir de 1962¹². É dos dois primeiros que falaremos neste texto.

O Clube 24 de Agosto ainda hoje está em funcionamento. Foi o primeiro clube social negro da cidade e o mais longo. Nasceu de um conjunto de famílias negras que buscavam um espaço para construir sociabilidades, mas também articular ações que buscassem agregar práticas de cidadania ao povo negro, como o letramento, aprendizado de ofícios e profissões, a constituição de biblioteca, espaço para conferências¹³. As principais lideranças do Clube, destacando-se a figura de Theodoro Rodrigues, tiveram participação e ampla relação com a Igreja Católica via a Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Havia também, por intermédio das relações balizadas na Igreja Matriz da cidade, uma íntima relação política com a Sociedade Operária Jaguareense, instituição vinculada à Igreja Católica e que tinha a participação direta dos padres. O Clube teve sua primeira sede na Rua 20 de Setembro nº 332, na beira do rio Jaguarão, num prédio dividido com a Sociedade Operária Jaguareense¹⁴. Este é apenas um dos fatores que enfatizam a estreita relação destas duas instituições. Esta sociedade surgiu em 1911, e em 1948 passou a ser chamada de Círculo Operário Jaguareense, realizando práticas de assistência, mas que objetivavam de fato disciplinar a classe trabalhadora através da moral cristã (Diehl, 1990).

O Clube Recreativo Gaúcho foi inaugurado no dia 6 de outubro de 1932, em uma conjuntura aquecida em relação ao surgimento de associações negras (Domingues, 2007). O Clube tinha um intenso vínculo com a prática do carnaval, sendo formado por integrantes do Cordão Carnavalesco Malandros do Amor¹⁵, com destacada atuação afirmada pela imprensa da cidade durante a década de 1940¹⁶.

Esta comunidade negra, evidenciada aqui nos clubes sociais, parece ter uma atuação calcada em, pelo menos, três esferas: a Igreja Católica; os Cordões Carnavalescos; e o Movimento Operário. A mobilização junto à Igreja Católica por parte da comunidade negra foi uma realidade durante o período colonial e também imperial. Principalmente através das Irmandades católicas, como as de Nossa Senhora do Rosário, negros e negras construíram práticas de devoção, mas também buscaram criar ações associativas que garantissem conforto no mundo material

e espiritual¹⁷. Destaca-se, neste sentido, o protagonismo de escravizados/as e libertos/as que, mediante estratégias coletivas a partir das Irmandades, formaram redes de ajuda mútua que pudessem colaborar para o acesso às alforrias de suas comunidades. Neste sentido, vale ressaltar que, em estudo recente, Ênio Grigio (2016) ressaltou o número extremamente representativo das Irmandades vinculadas ao povo negro no Rio Grande do Sul, destacando-se a expressiva quantidade de Irmandades de Nossa Senhora do Rosário.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Jaguarão foi fundada no dia 17 de maio de 1860. Foi fundada após a chegada do novo Vigário da Matriz da cidade, o Padre Joaquim Lopes Rodrigues, que viera em 1859 para substituir o Padre João Themudo Cabral Diniz, que foi bastante atuante também na política da região. Padre Lopes era natural da Bahia e provavelmente carregou sua experiência e sensibilidade com a diáspora africana naquele local para as terras de Jaguarão. Padre Lopes era devoto de Nossa Senhora e tinha íntima relação com as Irmandades da Conceição e do Rosário. Na relação dos nomes dos fundadores desta última, metade é de pessoas escravizadas da cidade, fora os/as livres africanos/as arrolados/as também neste ato importante para a população negra (Soares, 2011, p. 131-134). Como comentado, além da do Rosário, havia a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição que também aceitava homens e mulheres negras. Paulo Moreira (2010) demonstrou o quanto esta Irmandade foi importante inclusive para as práticas de letramento, pois a rede articulava também pessoas brancas que acabavam trocando experiências, como os padres que instrumentalizavam libertos para a prática de leitura e escrita.

Esta parece ter sido uma das principais referências de organização social coletiva do povo negro na cidade fronteira de Jaguarão: tradição de mobilização/organização a partir das Irmandades católicas. Liane Muller (2013) e Fernanda Oliveira (2011) conectaram as experiências coletivas das comunidades negras de Porto Alegre e Pelotas, respectivamente, com a tradição do associativismo negro, que gerou diversas outras instituições, como os clubes sociais. Esta tradição, portanto, se viabilizava sob o ponto de vista do dogma católico, com todas as consequências da perspectiva ideológica de submissão à sociedade racializada e de classes propagada pela Igreja. Mas não

¹² O Clube Suburbanos se originou de um bloco burlesco que circulou no carnaval de 1952, e em 1962 se tornou um Clube. Sua sede ficava na Rua Independência nº 1272. Teria sido uma divergência do Clube 24 de Agosto (Silveira, 2015). A instituição encerrou suas atividades no início dos anos 2000.

¹³ Informações do estatuto mais antigo. Acervo do Clube 24 de Agosto. Estatuto do Clube 24 de Agosto, 1957.

¹⁴ Acervo do Clube 24 de Agosto. Ofício assinado por Getúlio Rodrigues Lima. Dia 27 de julho de 1991.

¹⁵ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha. Dia 19 de fevereiro de 1941.

¹⁶ O Clube parece ter tido uma existência efêmera. Seus vestígios desaparecem na década de 1940.

¹⁷ Lucilene Reginaldo (2011) evidencia que o Rosário foi se constituindo como devoção preferencial para a comunidade negra entre os séculos XVII e XVIII ainda no continente africano, em Angola. Segundo a autora, em Portugal e nas Américas, a devoção ao Rosário acabou se tornando uma espécie de ponte entre as tradições africanas e o catolicismo. A autora, portanto, traz a dimensão atlântica para entendermos a devoção das comunidades negras brasileiras em torno do Rosário e as organizações a partir das Irmandades.

podemos perder de vista que o povo negro criava o seu próprio sentido mediando estas influências, potencializadas pelo preconceito racial, que acarretava consequências na própria organização desta ritualização do mundo católico. O Cônego Thomas Aquinas Schoenaers, em seus relatos sobre o tempo que viveu como professor no Colégio Espírito Santo da Ordem Premonstratense em Jaguarão, ressaltou em diferentes momentos de seus escritos as práticas racistas da sociedade jaguarense. Embora ele também tecesse comentários preconceituosos, como os que envolviam lideranças afro-religiosas e suas práticas, escreveu sobre a forma excludente da ritualização na Igreja Matriz da cidade. Em uma determinada passagem, Thomas testemunhou o pedido de senhores e senhoras brancas, que realizavam o Apostolado da Oração na Igreja, para que homens e mulheres negras que tentavam entrar no prédio da Matriz para observarem a celebração fossem rejeitados (Soares, 2010, p. 77).

Cônego Thomas faz longas avaliações sobre as relações raciais na cidade em 1901 e ressaltava que “[...] mais da metade da população é negra e descende de escravos”, e chamava atenção em seus relatos de que a condição das famílias negras era ainda extremamente vulnerável com a relação do trabalho em troca de alimento e comida. O Cônego não poupou a sociedade jaguarense e apontava a exploração do trabalho negro pelas famílias brancas da cidade. Mas ainda deixou outro relato importante, que abordou a impecável organização da Irmandade Nossa Senhora do Rosário quando de sua festa naquele ano de 1901:

[...] Já oito dias antes das festividades, grande número de negros desfilava pelas ruas com suas melhores roupas, encabeçadas pelo corpo musical e sob a bandeira de Nossa Senhora do Rosário, batendo de porta em porta e arrecadando contribuições em dinheiro para custear despesas com as festas. Por que ser menos que os brancos [...] Não, isso não! Música, foguetes, bombas, procissão, tal qual os brancos, isso eles também terão. E tiveram tudo, no dia 29 de dezembro” (Soares, 2010, p. 85).

A tradição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Jaguarão e sua vinculação à diáspora africana são notáveis, assim como a continuidade desta tradição de organização associativa e política durante o século XX.

Quando da fundação do Clube 24 de Agosto em 1918, dois homens são evidenciados como lideranças nesta comunidade: Malaquias de Oliveira e Theodoro Rodrigues. O primeiro foi trabalhador caracterizado como jornalista na documentação, mas ocupado em todo tipo de serviço em charqueada. Trabalhou por muito tempo na antiga Charqueada São Domingos, propriedade de Zeferino Lopes de Moura, uma importante liderança do Partido Republicano Rio-grandense¹⁸. Foi o primeiro presidente do Clube e pelo que observamos, a partir da rede de Zeferino, que foi inclusive testemunha do seu primeiro casamento¹⁹, buscou articular laços com as elites deste Partido. Partido, aliás, que estava dividido entre os apoiadores de Zeferino e o bloco hegemônico liderado por Carlos Barbosa. Voltaremos a este tema a seguir.

Já Theodoro Rodrigues foi fundador, diretor e presidente do Clube 24 de Agosto. Fora músico no 3º Regimento de Cavalaria General Osório, que tinha papel fundamental na cidade. E teve contundente participação no carnaval, na organização e nos desfiles do Cordão Carnavalesco União da Classe, entidade vinculada ao Clube Social 24 de Agosto (Nunes, 2010). Posteriormente foi mecânico e acabou sendo dono de um posto de gasolina. As narrativas dão conta de que Theodoro teria tido uma criação bastante próxima a famílias brancas, acumulando capital político e manejando diferentes possibilidades para acionar as redes políticas em favor do povo negro. Pela sua trajetória, evidencia-se uma forte relação com o campo hegemônico do grupo de Carlos Barbosa no Partido Republicano Rio-grandense, liderado posteriormente pela figura de Gabriel Gonçalves da Silva, que foi líder do Partido e também Intendente Municipal (Franco, 2001).

Referência importante da comunidade negra, Theodoro também teve intensa participação na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário como festeiro e secretário²⁰. Era ele que articulava as redes via Igreja Católica, o que acabou também aparecendo na atuação de Theodoro como diretor na Sociedade Operária Jaguarense, aquela mesma que dividiu a sede com o Clube quando este foi fundado. A Sociedade Operária Jaguarense, como dito, tinha como missão disseminar a moral cristã junto aos/as trabalhadores/as, a celebração do rito católico, o zelo pela família, e distanciar a classe daquilo que era visto como comportamento imoral, o

¹⁸ Malaquias de Oliveira teria contraído segundo casamento em 1926 com Alexandrina Lemos de Oliveira. Em entrevista, sua filha Deomira Lemos de Oliveira mostrou a certidão de casamento do casal. Malaquias de Oliveira nasceu em 13 de novembro de 1882, natural deste Estado, batizado em Arroio Grande e tendo como profissão jornalista. Era filho de Endebrando de Oliveira. Alexandrina tinha como profissão doméstica, filha de Ricardo Lemos e nascida no Estado do Rio Grande do Sul no dia 4 de novembro de 1905. Banco de História Oral do PET-História UNIPAMPA, Campus Jaguarão. Entrevista com Deomira Lemos de Oliveira. Dia 30 de agosto de 2016.

¹⁹ Registro de casamento de Malaquias de Oliveira com Maria Lucinda Soares no dia 30 de julho de 1917. Testemunhas: Zeferino Lopes de Moura e Leontina de Moura Silveira. Livro dos Matrimônios da Paróquia do Divino Espírito Santo de Jaguarão, 1917-1923. Acervo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Jaguarão. Agradecemos a gentileza da cedência desta fonte por Matheus Batalha Bom.

²⁰ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Situação. Dia 30 de março de 1933.

consumo de álcool, por exemplo, mas, fundamentalmente, o distanciamento dos movimentos socialistas. A Sociedade Operária tinha um jornal, chamado *O Amigo do Operário*, que expressava a centralidade da atuação da instituição. Em 1913, era enfática na condenação ao socialismo e enaltecia os principais valores que referenciavam o trabalho da Igreja junto aos/as trabalhadores/as: “No socialismo, o operário não passa de um instrumento, de um escravo. Operários que amais a verdadeira liberdade e prezais a vossa dignidade humana – alerta! Tudo por Deus, pela Pátria, pela Família; tudo pelo bem e progresso de nossa classe!”²¹.

Portanto, a moral cristã vinculada à organização dos/das trabalhadores/as foi uma marca da atuação da comunidade negra do lugar²². Estava vinculada à tradição da prática associativa via Irmandades religiosas e posteriormente junto à Sociedade Operária²³. Mas esta era apenas uma das formas de atuação política, hegemônica na localidade, pois observamos dissonâncias possíveis nas posições da comunidade negra.

Quando buscamos o jornal negro *A Alvorada*²⁴, do início da década de 1930 e observamos que a afirmação racial negra era enfatizada como política desta comunidade, encontramos uma expressiva circulação do periódico na cidade. Sempre é difícil medir os impactos da circulação da imprensa e os níveis de recepção, mas podemos observar que *A Alvorada* foi ganhando importância em Jaguarão²⁵, a ponto de ser aberto um caderno específico dentro do próprio jornal para as notícias da cidade, a partir de 12 de março de 1933. Uma estratégia foi fundamental: a adoção de uma coluna específica para promover o controle de comportamento. A coluna “Cacei” buscava cercear comportamentos e práticas vistas como perniciosas à comunidade negra. Diversas pessoas tinham, nas páginas do jornal, publicados os seus comportamentos tidos como desviantes; isto chamava atenção e despertava curiosidade, tornando extremamente assíduo o acompanhamento do periódico.

É importante frisar que na coluna “Cacei”, assinada pelo “Dr. Caçador”, a identidade racial negra era

demarcada contundentemente e o racismo denunciado. Em diversos momentos, o interlocutor registra e debate, por vezes de forma sarcástica, os conflitos raciais. Por exemplo, ele critica algumas meninas que, no Clube 24 de Agosto, quando os homens “[...] vão tirá-las para dançarem, olham, se é preto disfarçam, se é regular, dançam. Meninas isso é feio, não são melhores do que ninguém, depois sabem que no Clube não há distinção”²⁶. Em outro momento, segue o “Dr. Caçador” pontuando reflexões sobre o racismo: “A jovem Olga, (cachimbinho), dizendo se tivesse dinheiro, que fundaria um novo clube, porque no 24 só tem pretos. Ora, D. Cachimbinha, quando falar em pretos olhe-se em uma lata de querosene”²⁷. E é neste periódico que ficamos sabendo de diferentes sociedades vinculadas à comunidade negra, como no futebol, em que se destacavam os times Sport Club Juvenil e o Sport Club Diamantinos; no carnaval, o Cordão Carnavalesco Malandros do Amor, o Cordão Carnavalesco União da Classe, o Grupo Carnavalesco Prediletas, o Margaridas, Bloco das Minas.

A cobrança dos valores morais estava intimamente ligada a uma atitude política de afirmação da representatividade de uma identidade negra positiva na sociedade. É exemplar quando “Dr. Caçador” critica o estado de embriaguez de diretores do Clube 24 de Agosto em um baile: “Então, meus amigos, desta maneira é que querem o progresso da raça e da sociedade? Isto servirá para desmoralizar, não só aos Srs. como a sociedade da qual fazem parte, e aos vossos irmãos de raça [...] Pobre raça de Patrocínio, pobre Clube 24 de Agosto da formosa cidade de Jaguarão”²⁸.

No momento de circulação do caderno “O Jaguareense”, em 1933, o jornal *A Alvorada* estava em campanha pelo amplo acesso da população negra à educação e em apoio à organização de uma representação da Frente Negra Brasileira em Pelotas. O jornal também realizava ampla avaliação contra a insistência da comunidade negra em focar seu protagonismo no campo da sociabilidade, em vez da instrução e da política. Um dos maiores interlocutores, Rodolpho

²¹ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal O Amigo do Operário. Dia 30 de abril de 1913.

²² A ênfase sobre a moral dentro de associações negras foi uma constante observada em outros estudos centrados no Pós-Abolição; o mesmo vale para a relação com o carnaval no que tange às primeiras décadas do século XX. Para saber mais ver: Andrews, 2007; Silva, 2011; Domingues, 2004; Loner, Gill, 2009.

²³ Um elemento a ser analisado em futuras pesquisas é o possível impacto em Jaguarão das teses do movimento patrianovista, que posteriormente influenciou também a Frente Negra Brasileira. Buscava mudanças para o bem-estar social da classe trabalhadora dentro da ordem, flertando com posições não democráticas. Em 1928, foi fundado o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, e em 1932 virou Ação Imperial Patrianovista Brasileira: “[...] propôs a recatolização da sociedade mediante a defesa da ‘ordem’ e da ‘justiça social’, numa tentativa de neutralizar as esquerdas e seu avanço no país” (Malatian, 2015, p. 77). Em Jaguarão, a rede política vinculava a comunidade negra aos republicanos, mas com extrema influência do catolicismo, o que evidentemente não impedia que outras pretensões políticas pudessem ser realizadas.

²⁴ O jornal *A Alvorada* foi fundado em 1907 e circulou até 1965 tendo pequenas interrupções em suas publicações. Teria sido o jornal negro de maior tempo de circulação no país (Santos, 2003). Dos jornais em Jaguarão citados neste artigo, este é o único referente à imprensa negra, sendo o resto vinculado às elites brancas do lugar.

²⁵ O valor da assinatura do jornal era de 1 \$000 mensal. O representante do *A Alvorada* em Jaguarão era Marcelino Costa. Era ele quem assinava o editorial e ficava responsável pela edição com informações da cidade. Em 1933, circulavam cerca de 100 exemplares do jornal em Jaguarão, o que era significativo para uma cidade pequena do interior do Rio Grande do Sul.

²⁶ Biblioteca Pública Pelotense. Jornal A Alvorada. Dia 15 de janeiro de 1933.

²⁷ Biblioteca Pública Pelotense. Jornal A Alvorada. Dia 22 de janeiro de 1933.

²⁸ Biblioteca Pública Pelotense. Jornal A Alvorada. Dia 26 de fevereiro de 1933.

Xavier²⁹, pautava em suas colunas importantes assuntos pertinentes à organização social negra, principalmente a partir de uma concepção classista e racial.

Rodolpho, na coluna intitulada “Instrução e mais instrução”, criticava o foco nos cordões carnavalescos, nos clubes e no futebol, pois seriam passatempos ruins, que desviavam a atenção da perspectiva da instrução³⁰. Outra liderança, Carlos Santos³¹, em coluna intitulada “Negros, sociedade e família”, criticava também o foco na sociabilidade, chamando atenção que a comunidade negra, ao insistir nestas atividades, contrariava a tradição de luta de José do Patrocínio³². E é neste sentido que encontramos posições em textos no jornal *A Alvorada* que combatiam uma tendência de articulação bastante visível em Jaguarão. Rodolpho, por exemplo, criticava contundentemente a forma como a Igreja Católica atuava junto ao movimento da classe trabalhadora, remetendo-o a uma “obediência passiva”. Negava terem os Círculos Operários uma perspectiva classista e sentenciava: “Os que se deixam arrastar pelos sindicatos que trocam os sofrimentos deste mundo pela bem aventurança na outra vida, desconhecem por completo as organizações sindicais e bem merecem o pastor que lhes guarda o rebanho”³³. Este era um debate que estava vinculado ao decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, que buscava regulamentar a sindicalização no país³⁴. Em novembro, o jornal, em seu editorial, respondia às críticas feitas por um representante do Círculo Operário de Pelotas, pois o periódico havia sido chamado de comunista³⁵, o que foi contraposto e negado pelo editorial e colunistas.

Levando em conta a circulação importante do jornal que havia no período em Jaguarão, certamente estas ideias de Rodolpho ecoavam na comunidade negra e acendiam reflexões importantes. Isto é fundamental para pensarmos as diferentes estratégias desta comunidade. A relação hegemônica que percebemos, observando a tradição via Irmandades religiosas e Sociedade Operária Jaguareense, era próxima às concepções morais da Igreja. Mas nunca significou que esta comunidade não operasse

importantes articulações em torno de elementos que eram vistos como de conflito pelo catolicismo, como as desigualdades de direitos, de classes e a estrutura racista. É também a partir do *A Alvorada* que provavelmente foi tecida uma conexão desta comunidade negra de Jaguarão com entidades extremamente representativas como foram a Frente Negra Brasileira e a Frente Negra Pelotense (Silva, 2017).

Durante a década de 1950, esta comunidade continuou articulando redes políticas. Em 1952, Melchíades Vargas (ex-diretor do 24) e Theodoro Rodrigues (atual diretor do Clube e mais uma vez evidenciando sua articulação) recebiam em Jaguarão a diretoria regional da União dos Homens de Cor, representando a zona sul do Estado. Na pessoa do Reverendo João José Alves, a União dos Homens de Cor³⁶ anunciava a criação de uma sede em Jaguarão, cuja presidência ficaria a cargo de Melchíades, e a criação de uma Escola de Corte e Costura, que ocuparia o prédio nº 433 da Rua Marechal Deodoro³⁷. Não há dúvida, o Clube 24 de Agosto era uma sociedade extremamente representativa para a comunidade negra da região. A representatividade política negra era evidenciada pelo jornal *A Folha*, em 1941, entendendo aquele periódico que o “simpático e popular” Clube era a “[...] sociedade mais velha que simboliza a sua raça na nossa cidade” (grifos nossos)³⁸.

O carnaval também foi um fator fundamental de articulação da política, seja nas relações com aqueles que estavam mediando o poder institucional, seja na afirmação racial negra na cidade. Na fronteira, foi tarefa dos cordões carnavalescos a ocupação do espaço do carnaval de rua: a política da cultura estava preenchida sob os paralelepípedos e a terra batida da cidade de Jaguarão.

A trajetória do Cordão Carnavalesco União da Classe, vinculado ao Clube 24 de Agosto, é singular, pois foi marcante na cidade durante a primeira metade do século XX. Fundado em 1924, era tido como imprescindível pelos jaguareenses. Em 1930, foi lastimada a sua não celebração do carnaval³⁹, e em 1948 continuava exaltado

²⁹ Rodolpho Xavier nasceu em Pelotas no início da década de 1870 como filho de ventre livre. Foi militante operário negro e um dos fundadores do jornal *A Alvorada*, além de ser um dos seus principais colunistas, foi uma referência para a imprensa negra e o movimento operário negro. Faleceu em 1964 (Balladares, 2019).

³⁰ Biblioteca Pública Pelotense. Jornal *A Alvorada*. Dia 7 de fevereiro de 1932.

³¹ Carlos da Silva Santos nasceu em 1904 na cidade de Rio Grande. Foi militante operário sindical negro, contribuiu com jornais e, entre 1935 e 1937, obteve o primeiro mandato como Deputado Estadual. Faleceu no ano de 1989 (Gomes, 2014).

³² Biblioteca Pública Pelotense. Jornal *A Alvorada*. Dia 5 de maio de 1932.

³³ Biblioteca Pública Pelotense. Jornal *A Alvorada*. Dia 9 de outubro de 1932.

³⁴ Informações colhidas em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos30-37/PoliticaSocial>. O acesso a esta legislação pode ser obtido em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>

³⁵ Biblioteca Pública Pelotense. Jornal *A Alvorada*. Dia 27 novembro 1932.

³⁶ A União dos Homens de Cor foi fundada em 1943 na cidade de Porto Alegre. Foi uma instituição que buscava a instrução ao povo negro e estava inserida numa conjuntura de intensa movimentação política, inclusive sobre o debate racial, localizada depois do final do Estado Novo. É de se destacar a realização do I Congresso do Negro Brasileiro organizado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1950 (Silva, 2003). No final da década de 1940, a UHC já havia se espalhado por mais de dez estados da federação. Na matéria do jornal *A Folha*, há a informação de que havia 84.000 sócios no Rio Grande do Sul e 1.300.000 espalhados pelo Brasil.

³⁷ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal *A Folha*. Dia 15 de julho de 1952.

³⁸ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal *A Folha*. Dia 23 de agosto de 1941.

³⁹ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal *O Liberal*. Dia 24 de janeiro de 1930.

pela imprensa branca do lugar: “[...] com suas alegres marchas e sambas, agita-se o antigo e sempre bem organizado Cordão Carnavalesco União da Classe, que é patrocinado pelo Clube 24 de Agosto”.⁴⁰

A articulação política do carnaval estava estreitamente vinculada com os manejos que esta comunidade negra realizava junto às elites da cidade. O jornal *A Situação*, órgão oficial do Partido Republicano Liberal Rio-grandense, que foi uma fusão dos antigos Partido Republicano Rio-grandense e Partido Liberal, portanto uma continuidade da política hegemônica das famílias Barbosa e Gonçalves, em 1933 exaltava o desfile do União da Classe. Chama atenção este fato, pois a imprensa branca reconhecia o protagonismo da comunidade negra via a ritualização do carnaval. O Cordão Carnavalesco União da Classe, com cerca de 80 integrantes, foi até a casa de uma importante referência das elites da cidade, o senhor Alcides Marques⁴¹, a fim de que seu filho, Rubens Gonçalves Marques, paraninfo do Cordão, batizasse o estandarte da sociedade. O Cordão foi recebido na casa da família com bebidas e doces.

Registrava o jornal o momento em que o orador do Cordão, o Sr. Antão Ramos, enaltecia em seu discurso a relação da sociedade e da cidade: “Agradeceu a boa vontade sempre demonstrada pelo povo jaguareense ao União da Classe e concitou os seus companheiros a serem sempre unidos, fazendo da denominação desse cordão um verdadeiro lema. O orador foi muito aplaudido.”⁴² O redator do jornal pode não ter percebido, mas o discurso do orador da União da Classe, que evocava a união da classe trabalhadora, tinha uma singularidade: aquela classe trabalhadora tinha cor, e ele celebrava, assim, a classe trabalhadora negra. A comunidade do Cordão realizava o debate racial, mesmo com os limites impostos naquela terra dominada pelas relações coronelistas, e reivindicava uma identidade negra positiva. Ainda quanto às relações com as famílias Marques e Gonçalves, a penúltima sede do Clube, que ficava na atual rua General Marques nº 363, atrás da Igreja Matriz, foi emprestada por estas famílias, na figura de Odilo Marques Gonçalves⁴³. O batizado do estandarte buscava fortalecer estas mediações, consolidando a atuação do Clube 24 de Agosto.

O carnaval do 24 nos permite ainda ilustrar o trânsito pela fronteira, uma vez que a escola de samba do Clube, denominada Bataclan, em 1956 havia participado das festas carnavalescas em Rio Branco, cidade fronteiriça, e conquistado um prêmio⁴⁴. As matérias de *Orientacion*, periódico de Melo, destacam as notícias dos bailes de carnaval do “Club 24 de Agosto”, assim como movimentações de pessoas vinculadas a ele na coluna “Viajeros”⁴⁵ na primeira metade da década de 1940.

O Clube Recreativo Gaúcho também teve destacada atuação no carnaval de Jaguarão. Era formado por integrantes do Cordão Carnavalesco Malandros do Amor: “Sábado às 21 horas, percorrerá as ruas da cidade, o aplaudido Cordão Carnavalesco ‘Malandros do Amor’, composto de elementos do simpático ‘Clube Recreativo Gaúcho’, o qual entoando belas canções burlescas, se fará acompanhar de excelente orquestra”⁴⁶. A comunidade do Gaúcho não realizava apenas carnaval de rua, mas também bailes à fantasia na sua sede⁴⁷. Teve atuação destacada também em festivais de cultura e, pelos indícios que temos, no futebol (Al-Alam, 2019).

Em relação aos cordões carnavalescos, Juliana Nunes vinculou influências aos cortejos fúnebres africanos, às procissões religiosas como as das Irmandades negras e também aos rituais de coroação dos reis e rainhas do Congo (Nunes, 2010, p. 54). A autora já havia chamado atenção para as relações de trocas de influências entre o carnaval uruguaio e o carnaval brasileiro na fronteira. A comparsa, estilo usado para a atuação nas ruas da cidade, era uma influência da forma como o Candombe era praticado e ainda é no Uruguai (Nunes, 2010, p. 47-48). Foi utilizada por grupos da fronteira Brasil-Uruguai, assim como de outros espaços de colonização espanhola, especialmente em Cuba no mesmo período (Andrews, 2007, p. 158). Estas trocas estão inseridas na forma como a diáspora africana se deu na região do extremo sul da América do Sul, nos manejos da fronteira Brasil-Uruguai.

Temos também o exemplo de outro cordão carnavalesco que evidencia esta experiência africana transatlântica: o Cordão das Minas. Em 1933, o jornal *A Situação* destacava em suas páginas: “Cordão das Minas. Sairá também este ano à rua, tomando parte nas festas de deus Momo, o popular Cordão das Minas, que está

⁴⁰ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha. Dia 8 de janeiro de 1948.

⁴¹ Satyro Alcides Marques nasceu em 1885 e faleceu em 1954. Casou-se com Ilza Gonçalves Marques. Foi Intendente Municipal entre os anos de 1928 e 1930 e Prefeito entre 1930 e 1932. A Praça Central da cidade hoje recebe seu nome. Seu filho, Rubens, psiquiatra, também foi prefeito anos depois (Santos, 2012, p. 86-87).

⁴² Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Situação. Dia 25 fevereiro de 1933.

⁴³ No final dos anos de 1970, após um mutirão, o Clube 24 de Agosto construiu sua sede própria na Rua Augusto Leivas nº 217. Nos últimos dez anos, o Clube lutou contra o leilão da sua sede pela Justiça sob alegação de dívidas com o ECAD. Sobre este leilão, ver: Al-Alam; Lima, 2018.

⁴⁴ Acervo do Clube 24 de Agosto. Livro de atas do Clube 24 de Agosto. Dia 26 de fevereiro de 1956, p. 8.

⁴⁵ “Club 24 de Agosto. Reina gran entusiasmo, en esta Institución Social para las fiestas a cual están con motivo del carnaval [...]”. “Viajeros. Se encuentra en Rio Grande por motivo de salud, el señor Pte. Del Club 24 de Agosto, don Arnaldo da Silva.”. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal *Orientacion*. Dia 30 de janeiro de 1945.

⁴⁶ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha. Dia 19 de fevereiro de 1941.

⁴⁷ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha. Dias 19 de fevereiro e 5 de março de 1941.

ensaando alegres canções carnavalescas⁴⁸. Este Cordão estava vinculado a um importante território negro, a Rua do Cordão. Este lugar, que desde o século XIX e até hoje é local de residências de famílias negras da cidade, acolheu importantes clubistas negros como Mestre Vado e Nergipe (Al-Alam e Lima, 2018a, p. 47). Provavelmente, o Cordão das Minas deve estar vinculado à tradição do protagonismo das africanas minas, que se destacaram no comércio de rua e durante a escravidão pela articulação de compra das alforrias para si e seus/suas familiares⁴⁹.

Tanto o Clube 24 de Agosto, quanto o Clube Recreativo Gaúcho realizavam outros protagonismos na atuação cultural da cidade.⁵⁰ Através das relações políticas que tinham com a elite republicana do município, estes clubes conseguiam espaço para organizar e executar festivais de cultura que tinham como objetivo arrecadar fundos para as instituições. O espaço era, nada mais, nada menos, que o Teatro Esperança, o principal teatro da cidade. Ele foi inaugurado em 1898, e o objetivo era torná-lo referência como aparelho cultural do antigo Partido Republicano Rio-grandense. Um dos principais entusiastas desta obra foi novamente Carlos Barbosa, referência da atuação dos republicanos na região e no Estado (Cunha, 2015). Antes da construção do Teatro, Jaguarão já era destaque no âmbito cultural, pois constituía importante entreposto das companhias artísticas, participando de um corredor cultural que ligava o Rio Grande do Sul/Brasil com Montevidéu e Buenos Aires.

Em 1941, o jornal *A Folha* anunciava o festival do Gaúcho, com a expectativa de “[...] que a sala do Esperança será pequena para conter o numeroso público”, destacando a programação: “[...] Como primeira parte do programa será levada à cena a gozadíssima comédia intitulada ‘Companhia do compadre Juca’. A segunda parte estará a cargo de um interessante grupo de meninas que com as suas danças ao ‘passo do canguru’ deleitarão os espectadores”.⁵¹

O ano de 1941 parece ter sido agitado, e o mesmo jornal anunciava desta vez o Festival do Clube 24 e a atuação do Centro Dramático organizado naquela instituição. O Clube tinha um grupo de atores e atrizes de teatro na cidade, que estavam sob a direção de Sebastião de Freitas. O Festival era anunciado com a seguinte programação: “[...] ‘Ai Maneca’ e ‘Seu Lulú é um pirata’ são títulos das loucas comédias, que subirão à cena, e um lindíssimo ato de variedades, no qual serão cantados sambas, marchas, valsas, fox, etc.”.⁵²

Um Centro Dramático próprio, com atores e atrizes negros e negras, certamente demarcava contundentemente a identidade racial positiva daquela comunidade no principal centro de espetáculos da cidade. Tratava-se de um protagonismo, articulado pelas redes desta mesma comunidade negra, que também se estendia às relações políticas com as elites da cidade e que nunca deixou de cruzar a fronteira para articular não apenas sociabilidade, mas também existências coletivas, especialmente com aquela comunidade já bastante conhecida dos jaguarenses, os negros melenses, como veremos na sequência.

Na fronteira de uma nação branca mantinha-se uma comunidade de cor: os negros organizados coletivamente em Melo

O Centro Uruguay foi criado em Melo, em 25 de agosto de 1923, por um grupo de homens negros. Embora o exemplo de Melo figure, até então, como o primeiro clube negro no interior da República Oriental do Uruguai e o primeiro com características sociais, é ilustrativo dos repertórios existentes e das trocas que se realizavam já a nível local.

Ainda que o clube de Melo pareça ser o primeiro do tipo no país, não foi o primeiro da região, e, considerando que as pessoas circulavam, é possível que tenha havido contato direto com a experiência associativa clubista brasileira ou com a ideia dela. Na cidade de Jaguarão, em 1918, como visto, trabalhadores negros criaram o *24 de Agosto*. Em 1921, distante pouco mais de 100 km de Jaguarão, na cidade de Pelotas, um grupo de homens negros criou um cordão carnavalesco para pessoas negras tendo por nome *Fica Abí*. Esse intuito também esteve presente entre os membros que se autodenominavam *coloreds*, pouco mais de dez anos depois, mais precisamente em 1936, na cidade de Bagé, ao qual nomearam *Os Zíngaros*. Enquanto isso, de volta ao outro lado da fronteira, mas bem mais perto, na cidade de Melo, o clube se apresentava como voltado *para a raça de color*.

No censo do Uruguai, todo o período aqui investigado não contemplou os quesitos raça/cor. Se, por um lado, é preciso ter em mente as medidas de incentivo à imigra-

⁴⁸ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Situação. Dia 23 de fevereiro de 1933.

⁴⁹ Jovani Scherer destaca a presença e protagonismo da “nação” Mina na obtenção de alforrias na cidade de Rio Grande, devido principalmente à sua dedicação às atividades de comércio urbano. Ver: Scherer, 2008.

⁵⁰ O Gaúcho tinha íntima relação com o 24, inseridos na mesma rede, como podemos atestar no anúncio de seu 8º aniversário em que se destaca o convite especial para a “[...] distinta diretoria do Clube 24 de Agosto e seus associados”. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha. Dia 5 de outubro de 1940.

⁵¹ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha. Dia 5 de agosto de 1941.

⁵² Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha. Dia 5 de fevereiro de 1941.

ção, por outro é preciso considerar que a população negra optou por permanecer no local ou, pelo menos, parte das famílias ali permaneceram. Isso fica evidente ao consultar a imprensa negra local, em que são referidos os conterrâneos que moram no outro lado da fronteira e em Montevideu. Não obstante, os clubes negros que mantinham contato com o clube de Melo localizavam-se todos ou na capital ou na faixa fronteira. Entre estes estavam o Club Social Antonio Ledesma Ansina, em Treinta y Tres, Club Social Unión Fraile Muerto, em Fraile Muerto (Cerro Largo), Club Social Renacimiento de Rocha, em Rocha. Somados ao alerta feito por Keila Grinberg (2013) acerca da forte presença negra na região na atualidade, os escritos que aqui se desenvolvem trazem mais elementos para pensarmos essa experiência negra em zona fronteira mesmo frente à inexistência de dados censitários para o Uruguai.

Em 1940, dois jovens negros de Melo, Juan Jacinto Ferrán e Carlos Pérez, acompanhados de um terceiro jovem também membro do Centro Uruguay, José Ramón Fernandez, fundaram uma nova organização, com objetivos semelhantes, denominada *Comité Racial Democrático*, em seguida acrescido de *'y Patriótico'*. Ao lado deles na empreitada coletiva estavam os também jovens negros Manuel de los Santos, Pedro Andrade e Telésforo Machado⁵³, que por sua vez já estava no *Comité Cerro Largo de Homenaje*, para homenagear o prócer negro da Independência, Ansina. O *Comité Racial Democrático y Patriótico* tinha a mesma finalidade do anterior e fora autorizado por ele a dar sequência nas tratativas com o poder público, adotando uma denominação em consonância com as discussões acerca de pátria e democracia inerentes a um cenário de guerra, mas também presentes nas discussões sobre as comemorações do centenário da abolição da escravidão a se realizar em dois anos. Ora, durante as comemorações do centenário da Independência, os negros foram invisibilizados; logo, o centenário da Abolição, em um contexto de defesa dos *principios democráticos de la República* frente aos posicionamentos totalitários *nazi-faci-falangistas*⁵⁴, colocava-se como um momento perfeito para se fazer representar e ocupar um lugar no imaginário da nação.

Juan Jacinto Ferrán e Carlos M. Pérez Morales, além de fundadores de ambas as coletividades e membros do *Centro Uruguay*, já tinham estado juntos em outra em-

preitada coletiva, vinculada ao clube, a saber, a criação e a direção do periódico *Acción – Órgano del Comité Pro Edificio del Centro Uruguay* – em sua 1ª época (1934–1935). Juan Jacinto Ferrán foi diretor do jornal durante toda a sua existência (1934 e 1952). Até a concretização da ideia de Jacinto Ferrán e Pérez Morales em torno de criação de um periódico, a capital da república uruguaia concentrava praticamente todas as experiências de imprensa negra do país. Jacinto Ferrán, Pérez Morales e seus colaboradores tinham por intuito auxiliar em um esforço social coletivo de colocar a *raza negra* em um lugar positivo, como partícipe da sociedade. Porém, esta não foi a única experiência de imprensa negra em Melo; os amigos Carlos M. Pérez Morales e José Ramón Fernandez, no ano de 1941 – quando o jornal *Acción* não estava em circulação –, criaram o órgão periódico denominado *Orientacion*. Até 1942, era apresentado como *Órgano de la Colectividad de Color* e, em 1943, como *Órgano de la Raza Negra Departamental*⁵⁵. Ao jornal conferiram o lema *Unidad – Solidariedad – Esfuerzo*.

Não obstante, ambos os jornais defendem os interesses do clube, apresentado como central para a coletividade negra de Melo e, nas palavras de *Orientacion* “la institución más organizada de nuestro medio”⁵⁶. Na 3ª edição, publicada em 18 de novembro de 1941, começa a figurar no jornal aquela que pode ser compreendida como sua principal bandeira: uma rua com o nome de Don Manuel Antonio Ledesma (Ansina), o herói máximo, com o ideal de “honrar su memoria y porque es un ideal sostenido y anhelado con fervor patriótico por una gran parte de la población, que es la colectividad a la cual nos honramos en pertenecer”. O editorial clamava às autoridades municipais por uma “justa y patriótica resolución de honrar la memoria del hombre en que estuvieron encarnadas todas las nobles virtudes de su raza”, satisfazendo, assim, “los deseos de toda la raza de color departamental”⁵⁷.

Em 1942, o jornal publicou uma série de reportagens realizadas com intelectuais *conrazaneos* e não *conrazaneos*, denominação conferida às mulheres e homens negros, sobre a pertinência de uma homenagem a Ansina, fiel escudeiro de Artigas⁵⁸. Jacinto Ferrán, Pérez Morales e Ramón Fernandez, respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário quando da criação do *Comité Racial Democrático y Patriótico*, deslocaram-se para as cidades em que havia organizações com o mesmo objetivo, como

⁵³ Importante gestión del Comité Racial Democrático y Patriótico. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal Acción. Dia 25 de agosto de 1944.

⁵⁴ As expressões dão conta das três principais formas adquiridas pelos governos autoritários na Europa daquele momento, fascismo, nazismo e falangismo espanhol (mais conhecido na historiografia em língua portuguesa como franquismo). Hora Crucial. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal Orientacion. Dia 31 de agosto 1942.

⁵⁵ Teve periodicidade quinzenal entre 1941 e 1944, período em que o Acción não estava circulando e que compreende a 1ª época. Entre 1944 e 1945, 2ª época, teve periodicidade mensal e, por vezes, publicou números duplos.

⁵⁶ Nuestra Posición. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal Orientacion. Dia 15 de janeiro de 1945.

⁵⁷ A una Calle de nuestra Ciudad, debe dársele el nombre del glorioso Procer negro: ANSINA. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal Orientacion. Dia 18 de novembro de 1941.

⁵⁸ Entre estes estavam José Monegal, José Oliveira, Venancio Chirico, Lola Noblia de Plaza, Angelica Ferrari de Plaza, Angel Viñoles Huart e José Lucas y Lucas. As matérias foram publicadas entre as edições de 14 de janeiro e 30 de junho, em um total de sete edições acessadas.

Salto, Rivera, Mercedes e Rocha, e mantiveram relação direta com o poder político local, a fim de nomear uma rua com o nome de Ansina. Contaram com amplo apoio da organização negra de Montevidéu e divulgação da imprensa negra de Melo.

Pérez Morales, redator responsável de *Orientacion*, realizou uma exposição da imprensa racial – “*la primera de toda la República*”⁵⁹ – e departamental de Cerro Largo, com início em 19 de abril de 1942, organizada pela *Agrupación Racial – Cultural Orientacion*. Tendo como mote as discussões em prol de fortalecer a pertinência da solicitação de que uma rua fosse nomeada Ansina, desenvolveu-se uma série de atividades, muitas na sede alugada do *Centro Uruguay*. Entre estas estavam as conferências voltadas à cultura da comunidade negra, cujo primeiro tema foi *conversación sobre motivos raciales*, abordando a vida e contribuição do conrazaneio americano Jorge W. Carver⁶⁰, seguida por um baile comemorativo, assim como a sugestão de criação de um conselho diretivo nacional com o objetivo de vigiar e defender os interesses e direitos da raça e a instituição do 12 de dezembro como feriado nacional em honra à libertação dos escravizados.

O centenário da Abolição e a reivindicação pela data da Abolição como feriado nacional não se explicavam como algo meramente comemorativo, uma vez que traziam consigo visões do passado, sintetizadas na figura de Ansina, e também visões de mudança possíveis com uma unidade nacional em que todos se vissem representados. E, mais que isso, tivessem seus problemas sanados, tendo em vista que eles entendiam que existiam problemas “*más fundamentales que atañen directamente a nuestra colectividad*”⁶¹.

Juan Jacinto Ferrán, Carlos Pérez e José Ramón Fernandez (também referido pela alcunha de Ferembaro), à frente do *Comité Racial, Democrático y Patriótico*, foram os responsáveis diretos por dialogar com o poder público. A relação se deu via documentos oficiais entregues às autoridades, assim como foi corroborada pela afirmação cotidiana da mensagem-demanda no periódico *Orientacion*. A referência a Ansina pode bem ser interpretada como parte de uma cultura histórica, em que ele é evocado como um personagem capaz de unificar um grupo, sobrepondo-se inclusive às possíveis divergências de Juan Jacinto Ferrán, diretor de *Acción*, e Carlos Pérez, diretor de *Orientacion* e ex-diretor de *Acción*, ambos eram membros da diretoria do *Centro Uruguay* e ocuparam a presidência durante a existência dos jornais.

A unidade deu-se em prol de algo simbólico repleto de uma identidade negra positiva e patriótica, logo, parte da nação, gestada desde uma noção de liberdade e fidelidade. Ansina não era tratado como escravo, mas como soldado. Um soldado fiel e capaz de acompanhar e cuidar de seu companheiro de batalhas até os últimos dias de vida do mesmo, o que permitia que se contrapusessem preconceitos e lugares sociais legados aos grupos negros no Pós-Abolição ou a invisibilidade no discurso da nação. E corroborava ainda uma pluralização da própria cultura política daquele país em um momento bastante propício à discussão e defesa dos valores democráticos.

A reivindicação de uma rua com o nome Ansina espalhou-se pelo Uruguai e foi acolhida especialmente pelas pessoas que compunham clubes negros, como fica evidente nas experiências de Treinta y Tres, cidade cujo clube negro fora nomeado *Manuel A. Ledesma (Ansina)*, de Fraile Muerto com o *Club Social Unión Fraile Muerto* e Rocha, sendo que o clube negro *Club Social Renacimiento* nomeou seu conjunto artístico de Ansina. Ao lado destes estavam as coletividades negras que mantinham o *Centro Cultural y Social Uruguay* e o *Centro Social 18 de Mayo* em Montevidéu.

O nome reivindicado para a rua era *Manuel Antonio Ledesma (Ansina)*, e foi sobre esse nome que se deu toda a reconstrução histórica e valorização evidenciada por meio das páginas dos periódicos raciais *Acción* e *Orientacion*. No entanto, Manoel Antonio Ledesma e Ansina seriam pessoas diferentes, e as autoridades do governo nacional do Uruguai sabiam disso, pois encomendaram uma investigação ao Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai em 1927, em decorrência da solicitação de repatriação dos restos mortais de Ansina, que se encontravam no Paraguai.

Manuel Antonio Ledesma teve sua existência documentada por pesquisas solicitadas pelo governo nacional; nestas ele figurava como um sargento que atuou junto a Artigas e o acompanhou até o Paraguai, mas lá chegando foi dispensado junto a outros soldados. Já Ansina seria o apelido ou uma forma carinhosa pela qual se denominava Joaquín Lenzina, podendo ser, inclusive, uma variação de seu sobrenome. Este não teve a existência comprovada por meio de documentação de caráter oficial, mas lhe é atribuída uma vasta obra poética recuperada a partir dessas investigações, e ele teria sido o fiel escudeiro de Artigas⁶². E quem a guardou foi Ledesma, que o teria reencontrado após a morte de Artigas. Ambos eram negros e teriam lutado junto a Artigas. Naquele momento,

⁵⁹ Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal *Orientacion*. Dia 30 de abril de 1942, p. 1.

⁶⁰ Jorge Washington Carver (1865-1943), norte-americano que desenvolveu importantes técnicas para melhoramento da agricultura.

⁶¹ *En un Congreso debe discutirse el plan de Acción para conmemorar el Centenario de nuestra Libertad*. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal *Orientacion*. Dia 30 de junho de 1942.

⁶² Os poemas atribuídos a Joaquín Lenzina foram organizados na seguinte coletânea: Equipo Interdisciplinario de Rescate de la Memoria de Ansina (EE.), 1996.

recusou-se a possibilidade de repatriar os restos mortais de Ansina, visto que ele poderia nem ter existido e não havia pistas materiais de seu sepulcro.

Em 1940, repatriaram-se os restos mortais de Manuel Ledesma, mas as indefinições sobre a identidade e existência de *um* Ansina foram mantidas. Foi a imagem de Ledesma a base para as esculturas de Ansina e as divulgadas nos periódicos *Acción* e *Orientacion*. Como Ansina era um apelido comum, poderia ser qualquer pessoa, talvez Joaquín Lenzina, como afirmara Ledesma. É consenso apenas que se tratava de um negro com o nome não registrado em documentos históricos escritos, mas vivo na memória dos negros uruguaios.⁶³

As fontes não permitem responder maiores questões sobre Ansina, todavia ficou evidente que os grupos negros de Melo e dos locais com os quais mantiveram contato estreito souberam acionar Ansina como um símbolo da raça negra. Nunca entendido como uma exceção, mas inserido em uma tradição de homens e mulheres negros que serviram suas pátrias, das quais as pessoas negras daquele momento eram descendentes. E o acionavam também para forjar formas de colocar outros homens e mulheres negros do então presente no centro de uma história nacional em que ser negro e oriental (uruguaio) era vivenciado de forma intensa. Afinal, assim como Ansina era acionado como um homem repleto de valor, um verdadeiro ancestral, aqueles homens e mulheres que apareceram nas páginas da imprensa negra melense também eram entendidos assim.

Era por meio do *Centro Uruguay*, a instituição negra mais antiga em atividade no país, que se estabeleciam as relações sociais locais e para além da cidade de Melo. Este argumento se fortalece a partir da perspectiva divulgada em *Orientacion* de que esta era a instituição mais bem organizada da cidade e era reconhecida como a casa da raça em um contexto de migração para a capital que marca a primeira metade do século XX no Uruguai.

Sendo o *Centro Uruguay* a instituição mais antiga da raça negra e a casa da raça da população melense, não nos parece infundada a solicitação de que a rua a ser nomeada Ansina fosse aquela em que os melenses haviam conseguido comprar, a duras penas, um terreno, via arrecadação do comitê pró edifício e as iniciativas a ele vinculadas na capital da república. Felizmente, a luta coletiva em prol desta nomeação não foi em vão sequer frente ao poder público. Em 1º de fevereiro de 1950, o Intendente Municipal encaminhou uma cópia do decreto

ao *Centro Uruguay* informando que o projeto que autorizava a nomeação da rua fora encaminhado para aprovação. E, em 1951, o cabeçalho de *Acción* passa a vir seguido da seguinte informação: “sede social en construcción: calles Ansina y José P. Varela”. É importante atentar que o documento acerca da nomeação da rua foi encaminhado ao *Centro Uruguay*; este era o grande espaço social auto-identificado e identificado pela sociedade como a *Casa de la Raza Negra de Melo*. Foi a partir dele e sem romper com ele que se desenvolveram os periódicos *Acción* e *Orientacion*, inclusive mantendo associados responsáveis por/em ambas as experiências jornalísticas ao mesmo tempo ou em momentos alternados.

No *Centro Uruguay* foi central a presença de mulheres trabalhadoras, com ênfase para lavadeiras e empregadas domésticas, as quais se mantinham ligadas ao clube mesmo quando se deslocavam de Melo para trabalhar em outros lugares, fosse na *campana* ou em Montevideu. Um exemplo está no *Comité de Damas Melense Pro Beneficio al Centro Uruguay*, criado em fins de 1934 e apresentado na imprensa negra local como *novel organismo, constituido por el belo sexo*⁶⁴. Neste comitê estavam mulheres que haviam se deslocado a Montevideu para trabalhar em tarefas domésticas nas casas de família. O coletivo feminino tinha uma estrutura hierárquica estabelecida desde sua fundação, a qual fora autorizada pela comissão diretiva do *Centro Uruguay*. Não era um órgão voltado apenas a atividades em que mulheres se fizessem presentes, visto que, já em sua primeira atividade aberta, a *festa inaugural*, fora saudada a participação de mulheres e homens.

Essas coletividades realizavam atividades como chá-dançante, quermesses, audições bailantes, chocolates, bailes, rifas, *pic-nics* e, por vezes, realizavam-nas em conjunto, incluindo a Comissão diretiva do clube e o Comitê pró sede própria. Dentre estas, para fins de exemplo, destaca-se a recepção à delegação montevidiana identificada na imprensa negra como *Hermanas de Raza*, com um baile no ano de 1935, no qual discursou o senhor Juan J. Ferrán, representando o comitê pró edifício, e a *señorita* Delia Núñez, em nome do Comitê de Damas pró Edifício; e a promoção de uma atividade teatral intitulada de *quadro dramático racial* realizada por membros da coletividade negra que residia em Montevideu. Entre os responsáveis estavam Maria de los Santos, do *Comité de Damas Melense Pro Beneficio al Centro Uruguay*, Juan Carlos Nieres e Vito Ferreira Perez, os quais eram colaboradores de *Acción*⁶⁵.

⁶³ Cabe lembrar que na Argentina observaram-se questões semelhantes, no tocante aos negros no imaginário nacional, com a figura de Falucho, por meio da escrita de Bartolomeu Mitre (intelectual e presidente do país entre 1862 e 1868), e de María Remedios del Valle. Sobre Falucho e a nacionalidade argentina, ver: Solomianski, 2012. Sobre Remedios del Valle ver: Guzmán, 2016.

⁶⁴ *Ejemplar y Loable Iniciativa*. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal Acción. Dia 15 de janeiro de 1935.

⁶⁵ Conjunto Artístico. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal Acción. Dia 16 de setembro de 1935. De acordo com a matéria, era composto por: diretor Juan Carlos Nieres, secretário Vito Ferreira Perez, produtor Juan Acosta. Atrizes Margarita Alcantara, Maria de los Santos, [?] Núñez, Aureta Mendez, [?] Machado, GERALDA Netto, [?], Alejandro Macedo, Américo Fobitti, Áramo Chaves, [?] Bauón e Marcos Duarte.

A retórica referente a estas mulheres, irmanadas no intuito de viabilizar a *casa de la raza* para a comunidade negra de Melo, era repleta de elogios que denotam valores e imagens positivas comuns nas páginas da imprensa negra consultada. Destacamos a matéria acerca do *Pic-Nic* organizado pelo *Sub comité de Damas Pro Edificio* em dezembro de 1935:

*Nota de franco aliento y de fervoroso patriotismo social construyo la presencia del bello sexo en la gran fiesta. Crecidísimo fue el número de damas que se diera [?] por la tarde en el frondoso Parque [Juan Zorrilla de San Martín], participando de la fiesta y dado a eso podemos decir que la mujer de la Raza, fue el alma mater de la moral social y la concurrencia de nuestros jóvenes, que completaron el colorido a la reunión*⁶⁶.

Não obstante *bello sexo* faça alusão a uma noção de feminilidade universal que fora acionada também nas atas do *Club 24 de Agosto* entre 1955 e 1959, o escrito disposto nas páginas de *Acción*, recorrente em outros, marca a raça da mulher, como na expressão *mujer de la Raza*, configurando aquilo que a historiografia denomina como racialização do gênero, ou seja, a noção de gênero, no caso o feminino, é acompanhada de raça, de forma interseccionada, e está imbuída de um papel social moralizante. Nas páginas da imprensa exteriorizava-se uma feminilidade negra respeitável, elevada a uma imagem pública que compunha o imaginário de feminino negro desejável que, por sua vez, transgredia uma noção de deformação reinante em torno das mulheres negras hipersexualizadas desde a escravidão. As *Damas de nuestra colectividad* eram aquelas que junto de seus *conrazaneos* trabalhavam para que o auspício coletivo em prol da raça negra fosse alcançado. Dessa forma, forjavam também seus espaços e protagonizavam suas histórias, presentes na esfera pública por meio de atividades em áreas externas.

Conclusão

A região de fronteira entre Brasil e Uruguai, analisada aqui nas experiências de Jaguarão e Melo, evidencia um protagonismo intenso das comunidades negras. De fato, foram regiões fundamentais como experiência social da diáspora africana nas Américas. Contundentemente as comunidades negras dos dois lados da fronteira construíram organização e coletivos sociais que buscaram pautar políticas e identidade racial que fortalecessem futuros prósperos para suas famílias. A busca pela cidadania foi

fator sempre presente na forma como as sociedades negras de Jaguarão e Melo se articularam. Aliás, vale enfatizar que estas relações também estabeleceram laços entre fronteiras, o que aponta para uma atuação internacional de mobilização destas comunidades.

Nas fontes escritas produzidas pelos grupos negros, sobretudo, atas e jornais da imprensa negra, e nas fontes orais é unânime a expressão nossa coletividade/nuestra colectividad/clubes da raça. Tal referência não ficou restrita à identificação das pessoas que estiveram nos clubes; abarca também as personalidades da raça que abrilhantaram seus salões. Estes eram o espaço por excelência da sociabilidade, mesmo quando a atividade que colocava as pessoas em evidência não era propriamente aquela que ocorria em um salão, como no caso dos esportistas e daqueles destacados como intelectuais, por exemplo.

Nos salões dos clubes, as pessoas encontravam-se e os modelos de pessoas da raça eram acionados nos discursos que reatualizavam a pedagogia do grupo. Por meio deles, eram compartilhados valores e referências, uma vez que as pessoas da raça eram entendidas como coirmãs/conrazaneas das quais, além de orgulho, advinha um modelo de prosperidade e de cidadania. Por um lado, estes elementos sedimentavam o significado de ser associado e as regras sobre os comportamentos e, por outro, atualizavam uma noção de raça como experiência social. Esta, por sua vez, era pautada em uma ascendência comum significada nas expressões coirmãs e conrazaneas – a irmandade se fazia pelo compartilhamento da mesma raça, frequentemente denominada de etiópica – e essa raça era vivida por meio da transgressão de impedimentos e de contribuições diversas para o progresso das nações.

Tendo por base os elementos apresentados é possível vislumbrar uma região com uma população negra que se afirmava como tal e era identificada dessa forma, maiormente, como preta. Isso permite, por um lado, fortalecer o argumento de que os clubes conferem inteligibilidade para a experiência de racialização nas Américas, e, por outro, destacar que na região de fronteira Brasil – Uruguai as categorias de raça não desapareceram e tampouco se diluíram. Tendo em consideração que tanto os discursos oficiais do Uruguai quanto do Rio Grande do Sul negavam o *elemento etiópico* – negros –, os elementos aqui apresentados devem ser entendidos como uma reação a essa negação e, certamente, à segregação que se impunha e se evidenciava, sobretudo, na sociabilidade.

Não obstante, as conjunturas locais e formas de vivenciar a própria noção de política em um e outro lado da fronteira conferiam aos grupos negros aqui observados

⁶⁶ *Un Nuevo Éxito*. Biblioteca Nacional de Uruguay. Jornal Acción. Dia 30 de dezembro de 1934.

dinâmicas próprias, com disputas internas que certamente justificavam a existência de mais de um clube negro na mesma cidade, como vimos em Jaguarão, ou por meio dos periódicos negros de Melo. As redes tecidas também eram diversas e atuaram diretamente nas lutas travadas, exemplificadas ora ao acompanhar a demanda para nomear uma rua, ora nas articulações entre Igreja Católica, cordões carnavalescos e o Movimento Operário. Só foi possível acompanhar isso ao fazermos o exercício coletivo de redução da escala, concentrando o foco sobre essas duas cidades, que, simultaneamente nos elucidam sobre a experiência negra na diáspora e sobre as formas como a racialização foi vivenciada.

Referências

- ALADRÉN, G. 2012. *Sem respeitar fê nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói, RJ, Tese de Doutorado, UFF, 374 p.
- AL-ALAM, C.C. 2019. O Clube Recreativo Gaúcho: um clube social negro em Jaguarão (1930-40). In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2019. *Anais...* Florianópolis, UFSC. vol. 1, p. 1-15.
- AL-ALAM, C.C.; LIMA, A.G. 2018a. Territórios Negros em Jaguarão. In: C.C. AL-ALAM; G.V. ESCOBAR; S. MUNARETTO (orgs.). *Clube 24 de Agosto (1918-2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai*. Porto Alegre, ILU, p. 37-54.
- AL-ALAM, C.C.; LIMA, A.G. 2018. Patrimônio cultural e protagonismo negro: a ameaça de perda da sede e o tombamento histórico do Clube Social 24 de Agosto. In: C.C. AL-ALAM; G.V. ESCOBAR; S. MUNARETTO (orgs.), *Clube 24 de Agosto (1918-2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai*. Porto Alegre, ILU, p. 183-200.
- ANDREWS, G.R. 2007. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 318 p.
- BALLADARES, Â.P. O. 2019. Rodolpho Xavier: trajetória intelectual na imprensa negra no Pós-Abolição. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2019. *Anais...* Florianópolis, UFSC. vol. 1, p. 1-12.
- BORUCKI, A.; CHAGAS, K.; STALLA, N. 2009. *Eslavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855)*. Montevideo (Uruguay), Mastergraf, 320 p.
- CARATTI, J.M. 2013. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo, Oikos/Editora UNISINOS, 454 p.
- CUNHA, C.O.P. 2015. "Nos julgamos compensados com o regosijo de ver nossa terra natal dotada de um Theatre": A trajetória do Teatro Esperança (1886-1929). Jaguarão/RS, Trabalho Conclusão de Curso, 71 p.
- CUNHA, C.O.P. 2018. "Moço, inteligente e médico de competência notável": antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX). São Leopoldo/RS, Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 208 p.
- DIEHL, A.A. 1990. *Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 132 p.
- DOMINGUES, P. 2007. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, 12(23):100-122.
- DOMINGUES, P. 2004. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo, Editora Senac, 400 p.
- FARIAS, J.B.; GOMES, F.S.; SOARES, C.E.L.; MOREIRA, C.E.A. 2016. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda, 175 p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 1981. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 -1950*. Porto Alegre, FEE, 323 p.
- FLORES, M.F.C.T.; FARINATTI, L.A. 2009. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: F. HEINZ (org.), *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo, Oikos, p. 145-177.
- FRANCO, S.C. 2001. *Gente e coisas da fronteira sul: ensaios históricos*. Porto Alegre, Editora Sulina, 189 p.
- GOMES, A.S. 2014. Análise dos temas discursivos enunciados pelo político afro-brasileiro Carlos da Silva Santos (1959-1974). In: XII Encontro Estadual de História – ANPUH-RS: História, Verdade e Ética, São Leopoldo, 2014. *Anais...* São Leopoldo, UNISINOS. vol. 1, p. 01-15.
- GRIGIO, Ê. 2016. "No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que os intimidasse": a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). São Leopoldo/RS, Tese de Doutorado, UNISINOS, 313 p.
- GRINBERG, K. (Org.). 2013. *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro, 7Letras, 229 p.
- GUZMÁN, Florencia. 2016. María Remedios del Valle. 'La Capitana', 'Madre de la Patria' y 'Niña de Ayohuma'. Historiografía, memoria y representaciones en torno a esta figura singular. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/69871#tocto1n4> Último acesso em: janeiro de 2017.
- LIMA, R.P. 2010. *A nefanda pirataria de carne humana': escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Porto Alegre/RS, Dissertação de Mestrado, UFRGS, 167 p.
- LONER, B.A.; GILL, L.A. 2009. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, 35(1) 145-162.
- MALATIAN, T. 2015. *O Cavaleiro Negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira*. São Paulo, Alameda, 306 p.
- MATTOS, H.; RIOS, A.M. 2004. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, 5(8):170-198.
- MOREIRA, P.R.S. 2010. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX). In: E.F. PAIVA; I.C. MARTINS; I.P. IVO (org.), *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. Conquista, ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, p. 115-138.
- MULLER, L. 2013. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre, Pragmatha, 234 p.
- NUNES, J.S. 2010. "Somos o suco do carnaval!": A marchinha carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto. Pelotas/RS, Trabalho Conclusão de Curso, UFPEL, 75 p.
- REGINALDO, L. 2011. *Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo, Alameda, 399 p.
- SANTOS, J.A. 2003. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa (1907-1957)*. Pelotas, Ed. Universitária, 224 p.
- SANTOS, V.P. 2012. *Caminhando através da história*. Porto Alegre,

- Evangraf, 296 p.
- SCHERER, J.S. 2008. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande*. São Leopoldo/RS, Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 194 p.
- SILVA, F.O. 2011. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Porto Alegre/RS, Dissertação de Mestrado, PUC/RS, 228 p.
- SILVA, F.O. 2017. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960)*. Porto Alegre/RS, Tese de Doutorado, UFRGS, 279 p.
- SILVA, J. 2003. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos Afro-Asiáticos*, 25:215-236.
- SILVEIRA, D.M. 2015. "Suburbanos surgiu por que nós era tudo dessa zona, assim, do subúrbio...": o Clube Suburbanos enquanto resistência negra. Jaguarão/RS, Trabalho Conclusão de Curso, UNIPAMPA, 56 p.
- SOARES, E.A.S. 2010. *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre, Evangraf, 262 p.
- SOARES, E.A.S. 2011. *Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da cidade de Jaguarão*. Porto Alegre, Evangraf, 336 p.
- SOLOMIANSKI, Alejandro. El negro Falucho" y la subalternización sistemática de lo afroargentino. p. 229-247. Disponível em: <http://www.cea2.unc.edu.ar/africa-orientemedio/libros/afro-descendientes/10Alejandro-Solomianski.pdf> Acesso em: 28 de janeiro de 2015.
- Jornal O Amigo do Operário, 1913.
- Jornal O Liberal, 1930.
- Jornal A Situação, 1933.
- Acervo do Clube 24 de Agosto.
- Estatuto do Clube 24 de Agosto, 1957.
- Ofício assinado por Getúlio Rodrigues Lima. Dia 27 de julho de 1991.
- Livro de atas do Clube 24 de Agosto, 1956.
- Banco de História Oral do PET-História UNIPAMPA, Campus Jaguarão.
- Entrevista com Deomira Lemos de Oliveira. Dia 30 de agosto de 2016.
- Acervo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Jaguarão.
- Livro dos Matrimônios da Paróquia do Divino Espírito Santo de Jaguarão, 1917-1923.
- Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas.
- Jornal A Alvorada, 1932-1933.
- Biblioteca Nacional de Uruguay. Hemeroteca.
- Jornal Orientacion, 1941-1945.
- Jornal Acción, 1933-1944.

Fontes

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão
Jornal A Folha, 1933-1952.

Submetido em: 15/02/2020
Aprovado em: 24/04/2020